

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A ONTOLOGIA DO FENÔMENO DA VIDA, DE
HANS JONAS**

Michelle Bobsin Duarte¹

Resumo: Dado a enorme importância dos escritos sobre a biologia filosófica para a compreensão da obra de Hans Jonas, este artigo tem como objetivo abordar as principais reflexões do autor sobre o fenômeno da vida.

Palavras-chave: Ontologia da vida; Hans Jonas; Fenômeno da vida.

Abstract: Due the enormous importance of the writings on philosophical biology for the understanding of the work of Hans Jonas, this article aims to address the main author's reflections on the phenomenon of life.

Key words: Ontology of life; Hans Jonas; Phenomenon of life.

¹ PUC - Rio, Mestre em Filosofia pela - PUC - Rio, Doutoranda em Filosofia pela PUC – Rio
michellebobsin@yahoo.com.br

Introdução

A abordagem de Jonas sobre o fenômeno da vida introduz uma novidade no pensamento contemporâneo ao sintetizar o que, segundo o próprio autor, era, em parte, a concepção primordial do ser humano sobre a manifestação da vida e, por outro lado, a concepção moderna deste fenômeno. De acordo com Jonas, tanto a crença antiga que supunha que todas as formas de vida possuíam de certa maneira “espírito” quanto a crença moderna em que o “espírito”, mesmo na sua manifestação mais requintada permanece parte do orgânico, são inseparáveis na sua validade. Partindo desta premissa, o autor desenvolve sua teoria sobre o fenômeno da vida, segundo a qual todas as formas de vida possuem em si um princípio de liberdade, que em seu nível primário estaria manifesto na forma de metabolismo e ascenderia até chegar ao seu grau máximo no ser humano. Jonas argumenta que a ambiguidade experimentada em nós mesmos entre interior e exterior não pode ser negada nem mesmo ao mais ínfimo dos seres vivos. O autor aponta para os resquícios do cartesianismo que aparecem na tendência a considerar interioridade e exterioridade como dimensões excludentes uma da outra. E no caso da ciência, para o materialismo extremo que permeia as pesquisas. Em outras palavras, Hans Jonas defende que os organismos, independentemente de sua complexidade, são indivíduos que possuem uma dimensão extensa ou material e uma dimensão intensa ou interior.

A dimensão intensa é caracterizada pela intencionalidade do ser vivo em permanecer na existência, que tem por consequência o aparecimento de uma temporalidade exclusivamente orgânica, onde o futuro passa a prevalecer como horizonte temporal do ser vivo. Já a dimensão extensa é caracterizada pelas relações que cada ser vivo possui com o mundo, na medida em que os organismos possuem uma abertura ao exterior e um alcance de ação para a execução de seus processos nutricionais.

A unidade do ser vivo proposta por Jonas leva em consideração a manifestação de suas dimensões existenciais sem, no entanto, tratá-las como separadas. Segundo o autor, a intencionalidade orgânica, que pertence à esfera intensa, possui o seu correlativo extenso na ação em direção à continuidade do organismo na existência. E para tal é necessário que o ser vivo “perceba” o seu entorno. Assim, percepção e ação, em um primeiro momento, se manifestam através da troca metabólica e paulatinamente galgam graus mais elevados de complexidade. A intencionalidade manifestada pelos organismos através do fenômeno da nutrição, o seu “querer” estar vivo, já aponta de certa maneira, segundo Jonas, um princípio

“espiritual” inerente a tudo que vive. Na visão do autor, uma ontologia que pretende dar conta da manifestação do ser vivo não pode negligenciar o dado imediato do corpo. Tampouco não considerar a dimensão interior que nos concerne como compartilhada pelos demais seres vivos.

Uma filosofia da vida compreende a filosofia do organismo e a filosofia do ‘espírito’, Esta é em si a primeira proposição da filosofia da vida, de fato sua hipótese, (...). A afirmação do escopo expressa não menos a argumentação que o orgânico mesmo na sua forma mais ínfima prefigura ‘espírito’, e o ‘espírito’ mesmo em sua capacidade mais elevada permanece parte do orgânico. (JONAS, 2001, p. 1).

Desta maneira, Jonas desenvolve uma nova ontologia que tem por objeto a reflexão sobre os fenômenos inerentes a todos os seres vivos, desde sua forma mais simples, a qual possui a esfera de percepção e de ação limitada ao processo metabólico, até a complexidade da relação do ser humano com o mundo. A tese central de sua ontologia é que a liberdade se manifesta em níveis crescentes na esfera da vida. E cabe ao filósofo da vida pensar a liberdade inerente ao ser orgânico, já que “é a tarefa de uma biologia filosófica acompanhar o desenrolar dessa liberdade germinal nos níveis ascendentes da evolução orgânica” (JONAS, 2001, p. 83).

Metabolismo e liberdade

Jonas introduz uma nova perspectiva sobre o conceito de liberdade ao considerá-lo como princípio da existência do ser orgânico. O autor não se detém na questão sobre o que ocasionou o surgimento da vida. Para a sua análise fenomenológica, basta o aparecimento da vida, pois isto, na sua visão, assinala um salto de liberdade em relação à matéria inanimada.

Do ponto de vista fenomenológico, segundo o autor, a “liberdade tem que designar um modo de ser capaz de ser percebido objetivamente, uma maneira de existir atribuída ao orgânico em si” (JONAS, 2004, p.13). Este modo de ser próprio do orgânico se manifesta, primordialmente, na sua intencionalidade e percepção do meio para a realização da ação primordial do metabolismo.

Hans Jonas considera a liberdade como um princípio inerente a todos os seres vivos na medida em que mesmo os organismos mais simples possuem algum tipo de percepção do meio, ao menos uma mera irritabilidade. Da mesma maneira, todos os seres orgânicos possuem a capacidade de poder executar uma ação, já que o metabolismo é considerado pelo autor como a ação primordial pela manutenção da existência.

Desta forma, a manifestação da liberdade se dá na esfera da percepção e na esfera da ação dos seres orgânicos. A liberdade, segundo Jonas, aparece em uma escala evolutiva, que comporta uma gradação que começa nos níveis elementares de vida e atinge no ser humano o seu ápice.

A primeira forma de liberdade manifestada pelo ser vivo está na sua capacidade de fazer troca material com o ambiente em que vive, pois, sendo a atividade metabólica a ação mais primordial do organismo, ela é o modo de continuidade da própria vida, através da qual o organismo está em uma relação de constante interação com o seu entorno para se manter vivo. Neste sentido, o ser vivo está na condição permanente de ter de agir para viver.

Esta relação, ao mesmo tempo em que manifesta o nível primário de liberdade, é tida como necessária para a manutenção da forma orgânica, pois o organismo não pode cessar sua atividade sem que haja por consequência a sua aniquilação. Assim, esta liberdade germinal possui sua antítese na necessidade da realização das atividades metabólicas, ou o que o autor chama de “natureza dialética da liberdade orgânica”.

Na concepção de Jonas, a liberdade orgânica está relacionada a uma necessidade correlativa, pois, para ele, não é possível pensar a liberdade presente na manifestação da vida dissociada de seu correlativo material.

No nível básico, aquele definido pelo metabolismo, este aspecto duplo se mostra nos termos do metabolismo mesmo: indicando, do lado da liberdade, a capacidade da forma orgânica nomeadamente mudar sua matéria, metabolismodenota igualmente a irremissível necessidade para fazê-lo. Seu ‘poder’ é um ‘ter de fazer’, desde que sua execução é idêntica com seu ser. (JONAS, 2001, p. 83).

Podemos interpretar a premissa de Jonas do “poder ser um ter de fazer” nos organismos mais simples sob a perspectiva de uma correlação entre a liberdade primordial e a potência primordial de transformação material efetivada na atividade metabólica. Pois, a liberdade primordial manifestada nos organismos pelo metabolismo remete igualmente à necessidade de assim fazê-lo, já que a possibilidade de não existência se encontra latente e da ação do organismo depende o seu perseverar. Neste sentido, no nível primário de liberdade o exercício da potência de um ser é também sua ação necessária.

Jelson Oliveira destaca que a compreensão do pressuposto jonasiano do dever de um organismo para com a sua própria existência se dá na sua “contraposição constante em relação ao não ser, que é sua ameaça inflexível” (OLIVEIRA, 2012, p. 405). O pesquisador também observa que Jonas constrói o argumento do dever ser em direção ao resgate do valor do ser, que foi neutralizado pela tradição.

Desta maneira, de acordo com a perspectiva do autor, a liberdade primordial é desfrutada mesmo pelos organismos mais simples como, por exemplo, uma ameba, já que esta possui a capacidade metabólica. O exercício dessa liberdade primordial se limita à manutenção de sua existência e se torna uma necessidade na medida em que, se não for exercida, tem por consequência o não ser vivo, a morte. “Sua liberdade é a sua peculiar necessidade. Essa é a antinomia (paradoxo) da liberdade na raiz da vida e na sua forma elementar, a do metabolismo” (JONAS, 2001, p. 84).

Identidade e forma orgânica

O conceito de identidade é uma das chaves para a compreensão da tese jonasiana sobre o fenômeno da vida. A identidade de um ser vivo é compreendida como uma identidade funcional e dinâmica que tem intencionalidade, pois visa permanecer na existência.

Diferentemente da identidade puramente material, a qual, segundo o autor, permanece idêntica a si mesmo em uma determinada posição do tempo e do espaço sem a necessidade de se reafirmar, o ser orgânico mantém sua identidade própria pelo seu esforço na perseverança da continuidade como “um ato de existência”. Conforme exposto anteriormente, para Jonas, toda identidade orgânica possui um determinado grau de liberdade que se expressa de acordo com a sua existência. Temos, então, a expressão da liberdade como performance na manutenção de sua continuação, o que, em última instância, remete à disponibilidade material do mundo como necessária a este objetivo.

Esta característica da identidade orgânica a põe em uma condição de dependência, na qual ela exerce sua liberdade pelo poder de modificação do estrato material a fim de perseverar, porém, para tal exercício ela deve ter a matéria a sua disposição.

Este indivíduo ontológico, sua própria existência a qualquer momento, sua duração e sua identidade na duração é, então, essencialmente sua própria função, seu próprio interesse, sua própria realização contínua. Nesse processo auto-sustentado de ser, a relação do organismo com sua substância material é de natureza dupla: os materiais são essenciais para ele especificamente, individualmente acidental; (...) Em uma palavra, a forma orgânica está em uma relação dialética de liberdade e necessidade com a matéria. (JONAS, 2001, p. 80).

Jonas enfatiza que a forma orgânica se mostra como um unificador da multiplicidade material metabolizada por um organismo. Assim como no pensamento de Aristóteles, para Jonas não é possível pensar a forma dissociada de seus conteúdos materiais. No entanto, o autor aponta uma “certa independência da forma” em relação à sua matéria. Temos, então, a

identidade do ser vivo como sendo de uma natureza interna ou intensa. Os conteúdos materiais, que sofrem constantes mudanças no organismo, são, conforme Jonas, estados da identidade na duração. A identidade orgânica, assim, está implícita na forma orgânica, que por sua vez, mantém o indivíduo na existência por ser o elemento de liberdade manifestado pela capacidade de efetuar a troca material com o ambiente.

Jonas claramente retoma os conceitos aristotélicos de matéria e forma² para a interpretação fenomenológica da vida. Porém, o autor se utiliza destes conceitos sob a ótica da evolução das espécies em contraste com a concepção de mundo antiga, onde as formas ou essências eram tidas como fixas.

Alguns autores sustentam que na perspectiva aristotélica, o princípio de individuação é a matéria dado a permanência desta na mudança (conceito ligado à noção de movimento), ou seja, a matéria não se transforma em outra coisa, ela permanece enquanto a forma se altera. Para Jonas, o princípio de individuação é creditado à forma pois, no caso dos seres vivos, a forma é o que permanece enquanto a matéria é transitória. “Somente com a vida que a diferença entre matéria e forma, que em relação às coisas inanimadas é uma distinção abstrata, emerge como uma realidade concreta (JONAS, 2001, p. 80).

Como filósofo do seu tempo, Hans Jonas mantinha um diálogo com as ciências e, ao que tudo indica, acompanhava as descobertas científicas pertinentes ao seu trabalho. Naturalmente, sua biologia filosófica está dialogando com os pressupostos biológicos da ciência.

Isto nos leva a crer na possibilidade de Jonas ter vislumbrado a forma orgânica como princípio de individuação dos seres vivos a partir da leitura da teoria da evolução das espécies e, também, da constatação científica sobre a transitoriedade dos elementos materiais que “passam” pelo metabolismo.

Outra constatação interessante feita pela ciência, que parece ter sido incorporada ao pensamento do autor, se refere ao fato de que ao longo da vida muitas espécies há uma quase completa renovação celular. Porém, o autor alerta que a forma orgânica não pode ser considerada simplesmente como uma identidade na qual o conteúdo material é trocado constantemente sem finalidade alguma. Pois, para Jonas, o ser vivo possui uma identidade dinâmica onde a mudança material é necessária como parte de sua identidade. “De fato, ao

² Para Aristóteles a realidade é composta fundamentalmente de matéria e forma. A matéria é o princípio de individuação na medida em que dois indivíduos de uma mesma espécie possuem a mesma forma, porém, se diferenciam em relação à matéria. Matéria e forma não podem ser dissociadas, a matéria é sempre matéria de alguma coisa.

invés de dizer que a forma viva é a região de trânsito da matéria, seria genuíno dizer que os conteúdos materiais na sua sucessão são fases de trânsito para a auto continuação da forma.” (JONAS, 2001, p. 80). Este aspecto essencial da teoria jonasiana da forma orgânica está em total conformidade com a teoria evolucionista das espécies. Apesar de, no entanto, o autor criticar a concepção de uma evolução desorientada das formas vivas.

Jonas considera que o esforço para se manter na existência deve ser compreendido como indício de uma identidade interna a cada ser vivo, dado o que ele chama de “auto isolamento” da forma viva do resto da realidade.

Profunda unicidade e heterogeneidade dentro de um universo de existência homogeneamente interligada marca a individualidade do organismo. Uma identidade a qual de momento a momento reafirma a si mesma, realiza-se a si mesma e desafia as forças ‘igualizantes’ da uniformidade física do todo é realmente confrontada com o resto das coisas. (JONAS, 2001, p. 83).

Isto quer dizer que para haver a relação de “liberdade na necessidade” do organismo com o mundo é necessário existir alteridade, é necessário haver diferença para que a relação se estabeleça.

O desafio da individualidade qualifica tudo isto para além do organismo como externo e de alguma maneira oposto: como ‘mundo’, no qual, pelo qual e contra o qual ele é comprometido a manter-se a si mesmo. Sem essa contrapartida universal da alteridade não haveria ‘eu’. E nessa polaridade do eu e do mundo, de interno e externo, complementando a de forma e matéria, a situação básica de liberdade com toda sua ousadia e angústia é pontencialmente completa. (JONAS, 2001, p. 83).

Evolução

Hans Jonas aponta três principais observações sobre atributos essenciais que já estariam presentes nos níveis elementares de vida e que podem servir de base para uma reflexão apurada sobre a evolução:

Primeiramente, a natureza dialética da liberdade orgânica, que mesmo com sua necessidade correlativa, a nutrição em nível elementar, possui a potência de transformar sua matéria. “(...) esse aspecto duplo se mostra nos termos do metabolismo: denotando, do lado da liberdade, a capacidade da forma orgânica nomeadamente mudar sua matéria, metabolismo denota igualmente a irremissível necessidade para fazê-lo” (JONAS, 2001, p 83).

Em segundo, a necessária relação da forma viva com o mundo, a dependência material de algo que se encontra externo ao organismo, retratada pelo autor como “abertura para o encontro do ser exterior”⁶ (JONAS, 2001, p.84).

Essa “abertura ao encontro”, de acordo com Jonas, é a uma das bases da existência orgânica, ou seja, ela possibilita a constante troca material com o ambiente feita através da atividade metabólica.

Isto seria também um fator importante no processo evolutivo na medida em que a relação do organismo com o ‘mundo’ possui, além da dependência, um elemento de possibilidade. Pois, sendo o ‘mundo’ o lugar da experiência imediata do organismo, ele é “um horizonte de co-realidade escancarada pela mera transcendência da falta que amplia o isolamento da identidade interna em uma circunferência correlativa de relacionamento vital” (JONAS, 2001, p. 84).

E por fim, há a subjetividade do organismo envolvida na sua relação com o mundo, no sentido de o organismo ser uma entidade que possui intencionalidade.

Se chamamos isto de sentimento de interioridade, sensibilidade e resposta a estímulos, apetite ou *nîsus*³ - em algum (mesmo infinitesimal) grau de ‘consciência’ abriga apreocupação suprema do organismo com seu próprio ser e continuação em ser (...)” (JONAS, 2001, p. 84).

Os três pontos colocados por Jonas claramente atribuem à forma orgânica o papel preponderante na evolução das espécies, ao contrário da concepção moderna que, segundo o autor, traça a imagem de um processo “quase mecânico” e cego na natureza.

A forma orgânica, assim, possuiria desde o princípio a potência para evoluir e a intencionalidade de se manter na existência, em sua aventura em um mundo de dependência e possibilidades.

Nos seres vivos, a natureza faz saltar uma surpresa ontológica na qual o mundo accidental das condições terrestres traz à luz uma inteira nova possibilidade de ser: sistemas de matéria que são unidades da multiplicidade, não em virtude de uma percepção sintetizante cujo objeto sejam eles, nem pela mera concorrência de forças que os vinculam às suas partes, mas em virtude deles mesmos, em consideração a eles mesmos e continuamente sustentado por eles. Aqui a unidade é auto integração em performance ativa, e a forma, de uma vez, é a causa em vez do resultado da compilação material na qual ela sucessivamente subsiste. Unidade aqui é auto-unificante por meio da mudança na multiplicidade. Uniformidade, enquanto ela dura, é a perpétua auto-renovação pelo processo suportado pela mudança da alteridade. (JONAS, 2001, p. 79)

Assim, a emancipação da matéria ‘pura’ para matéria viva marca uma revolução ontológica onde se manifesta a liberdade primordial da forma. O surgimento da vida, seu desenvolvimento e aprimoramento demonstram, segundo Jonas, que está na liberdade da

³ Palavra latina que significa esforço mental ou físico para atingir um fim: um desejo de aperfeiçoamento ou esforço.

forma viva o princípio da evolução “(...) liberdade é o princípio do progresso na evolução da vida, o qual no seu curso produz novas revoluções - cada uma um passo adicional na direção inicial, que é a abertura de um novo horizonte de liberdade” (JONAS, 2001, p. 81).

Ao concentrar nos próprios organismos os fatores da evolução, Jonas atribui à vida um *telos* imanente, ou seja, os organismos vivos possuem em si mesmos um fim e servem à sua própria finalidade, que consiste em se manterem na existência. Com isso, a ideia de finalidade como exclusivamente extrínseca ao ser vivo, na medida em que é concebida como o servir a um fim pré-estabelecido, é questionada. Pois, no caso dos seres vivos, o *telos* pertence à dimensão interna do organismo e está em uma relação dinâmica e não acabada com o mundo.

Transcendência e Teleologia

Jonas considera que o entendimento sobre teleologia pode se dar de duas formas: a teleologia como sendo um “modo causal da natureza mesma” (JONAS, 2001, p. 34), isto é, a teleologia como imanente ao ser vivo. Ou a teleologia transcendente, que exige necessariamente um agente exterior a si mesmo com um propósito definido a ser executado.

O autor observa que o banimento do *telos* na natureza foi muito mais uma questão de método do que propriamente a descoberta da não validade deste princípio. “A exclusão da teleologia não foi um resultado indutivo, mas uma proibição *a priori* da ciência moderna” (JONAS, 2001, p. 32).

Essa proibição, conforme o autor, foi motivada pela rejeição do aristotelismo ocorrida no século XVII, momento no qual as causas finais passaram a não ter mais espaço como *modus operandi* na natureza, pois “a teleologia contradiz o tipo de ser pressuposto nos possíveis objetos da ciência natural e, também, o conceito de causa próprio destes objetos” (JONAS, 2001, p. 34). Jonas, então, contradizendo a explicação moderna estritamente física das causas, propõe que consideremos a teleologia como imanente ao ser vivo, já que permanecer na existência seria seu fim último.

No entanto, o ser vivo que luta para continuar existindo é também dotado de um elemento de auto transcendência, que em um nível primário diz respeito à falta orgânica, a necessidade de nutrição. É de extrema importância ter em mente o significado de transcendência para Jonas: “por transcendência da vida queremos significar o seu desfrutar de um horizonte, ou horizontes, além de seu ponto de identidade” (JONAS 2001, p. 85).

De acordo com os atributos apontados por Jonas como pontos relevantes à reflexão sobre a evolução das espécies, esta auto transcendência da forma viva se dá na “abertura

essencial” ao ambiente, ou seja, ao afeto. Assim, a solicitação primária de transcendência é emitida pela falta, que leva o organismo à ação para subsistência. Para o autor, “somente sendo sensível a vida pode ser ativa” (JONAS, 2001, p. 85), isto quer dizer que, mesmo em nível infinitesimal, é na experiência da falta e no afeto por um agente exterior que o ser vivo sente a si mesmo e ao outro.

No afeto por um agente exterior, o afetado sente a si mesmo, sua individualidade excitada ou iluminada, por assim dizer, de encontro à alteridade sem assim sair de seu isolamento. Ao mesmo tempo, além e através deste estado interior de excitação, a presença que afeta é sentida, sua mensagem de alteridade, por mais que obscuramente, incorporada interiormente. (...) Com o primeiro alvorecer do reflexo subjetivo, a mais germinal ‘experiência’ do toque, uma fenda como que se abre na opacidade do ser separado, abrindo a dimensão onde as coisas podem existir mais uma vez no modo de objeto: esta é a dimensão da interioridade. Como uma necessidade de inspiração segue outra, então, a presença do outro, mesmo sem ser convidada, convoca o interesse. (JONAS, 2001, p. 85).

Jonas ressalta que a receptividade do sentido em relação ao que “chega de fora” é o lado passivo da transcendência da forma viva, sendo que isto “habilita a vida a ser seletiva e ‘informada’ ao invés de um dinamismo cego” (JONAS, 2001, p. 85).

Partindo da premissa que a vida é seletiva e ‘informada’, mesmo que minimamente, sobre seu entorno, o autor reforça a ideia de subjetividade da forma viva ao nomeá-la “polo subjetivo” que comunica com exterior, que visa horizontes.

A noção de horizonte no pensamento do autor, além de sua concepção espacial, ganha uma dimensão temporal especial. Ao que indica Chris Groves⁴ da Universidade de Cardiff, no Reino Unido, a ideia de uma teleologia imanente implicaria em um novo conceito de temporalidade natural na medida em que “o padrão de presente do organismo vivo é moldado pela sua antecipação de seu futuro, o que significa que o organismo está possuído por um sempre latente, incessantemente emergente futuro” (GROVES, 2010, p. 157).

Compreendemos melhor esta colocação se levarmos em consideração que o “anseio” em estar vivo, ou o que Jonas chamou *concern* ou *appetition*, leva os organismos, na visão do autor, a antecipar tendências dentro de seu ambiente e dentro de si mesmos, de maneira que isto significa que o futuro é o horizonte de tempo dominante na esfera biológica.

A preocupação consigo, atuada pela falta, deixa aberto assim um horizonte de tempo que abrange não a presença exterior, mas a iminência interior: a iminência do futuro no qual a continuidade orgânica é a cada momento

⁴Em: Groves, C. (2010) "The Futures of Causality: Hans Jonas and Gilles Deleuze", in Causality and Motivation, Philosophische Analyse, vol. 35. Ed. Ontos Verlag, pp. 151-170.

prestes a se estender pela satisfação da necessidade daquele momento. (JONAS, 2001, p. 85).

A partir da relação transitória da forma viva com sua matéria, Jonas traça dois horizontes básicos aos organismos: o tempo biológico e o espaço biológico.

O tempo biológico consiste em um direcionamento interno do organismo que visa à próxima fase do ser na medida em que sua intencionalidade o impulsiona a continuar existindo.

Sendo, assim, o anseio em permanecer na existência é o elemento primordial que faz do futuro a dimensão temporal biológica. “Segue-se que, no horizonte interno estendido pela autotranscedência do ‘agora’ orgânico no processo de sua continuidade, a antecipação enquanto futuro iminente no apetite é mais fundamental que a retenção do passado na memória” (JONAS 2001, p. 86).

Já o espaço biológico é caracterizado pelo direcionamento externo em relação ao copresente que detém a matéria relevante à continuidade do organismo. Ou seja, o espaço biológico se constitui na presença de algo que interessa ao organismo como potencialmente seu. Conforme Jonas, isto significa que o organismo se projeta para o exterior.

Para o autor, só existe o horizonte externo do espaço biológico porque primeiramente existe o horizonte interno do tempo biológico. “Assim, a vida está direcionada para adiante e para o exterior e se estende ‘além’ da sua própria imediaticidade nas duas direções. De fato, ela visa para o exterior somente porque, pela necessidade da sua liberdade, ela visa para frente” (JONAS, 2001, p. 85).

Jonas discorda da concepção linear de tempo em relação ao desenvolvimento e manutenção da vida. Segundo ele, o padrão linear de tempo no qual o futuro é uma consequência causal do passado não se aplica ao dinamismo da esfera orgânica.

Podemos compreender esta colocação levando em consideração a sua concepção de futuro como tempo preponderante na esfera biológica, na medida em que, no caso dos seres vivos, a temporalidade é de ordem intensa e o espaço de ordem extensa. Assim sendo, o autor inverte a relação temporal de causa e abre uma nova possibilidade de se pensar a teleologia.

(...) enquanto a mera externalidade é, ao menos pode ser apresentada como, totalmente determinada pelo o que isto foi, a vida é essencialmente também o que isto vai ser e apropriadamente devém: neste caso, a ordem extensa do passado e do futuro é intensivamente revertida. Esta é a raiz da natureza teleológica ou finalista da vida: finalismo é, em primeiro lugar, um caráter dinâmico de um certo modo de existência, coincidente com a liberdade e a identidade da forma em relação a sua matéria, e somente em segundo lugar um fato da estrutura ou da organização física, como exemplificado na

relação das partes orgânicas à sua totalidade e na capacidade funcional do organismo de maneira geral.” (JONAS, 2001, p. 86).

O autor vê a intencionalidade do organismo e sua “preocupação” em sobreviver como uma evidência do finalismo na natureza. Consequentemente, sendo a temporalidade uma dimensão intensa inerente aos seres vivos, para Jonas, há *telos* somente onde há interioridade. Segundo Jonas, a dimensão intensa de tempo é experienciada por nós e não deve ser negada em prol de uma exclusividade da *causa efficiens* na natureza, conforme o que prega a concepção moderna, que considera o mundo natural como exclusivamente um sistema de relações de causa e efeito. Em outras palavras, de acordo com o autor, o finalismo orgânico não exclui a causalidade mecânica e vice-versa. No entanto, não se pode admitir a exclusão da teleologia na natureza, assim como não se pode conceber a existência de finalidade sem admitir a dimensão interior intrínseca ao agente.

Em todos os eventos, a estrutura teleológica e comportamental do organismo não é apenas uma escolha alternativa de descrição: é, na evidência da própria consciência orgânica de cada um, a manifestação externa da interioridade da substância (JONAS, 2001, p. 91).

Considerações finais

A solução apresentada por Jonas com a sua ontologia do fenômeno da vida afirma o valor de toda e qualquer manifestação da vida na medida em que atribui uma finalidade intrínseca a todos os seres vivos. Os organismos possuem fim em si porque se esforçam para perseverar na existência. Neste sentido, o organismo vive uma dimensão temporal onde o tempo prevaiente é o futuro, já que os seres vivos estão sempre antecipando tendências a fim de continuar existindo. Assim, a temporalidade orgânica, além de servir como sustentação para atribuir um fim em si aos seres vivos, também serviu de base para Jonas pensar a vida do ponto de vista da evolução das espécies. Jonas acredita que sua biologia filosófica é apenas o começo de uma tarefa maior, a qual envolve a revisão do sentido de vida proposto pela modernidade. O autor ressalta que, sem tal revisão, é muito difícil pensar em uma nova filosofia do homem e mesmo uma nova filosofia da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GROVES, C. *The Futures of Causality: Hans Jonas and Gilles Deleuze*. In: Causality and Motivation. Hessen: Roberto Poli, Ontos Verlag, 2010;

JONAS, H. *Philosophical Essays: From ancient creed to technological man*. New York: Atropos, 2010;

_____ *The Phenomenon of Life. Towards a philosophical biology*. Evanston: Northwestern University Press, 2001;

OLIVEIRA, J. *Por que uma ética do futuro precisa de uma fundamentação ontológica segundo Hans Jonas*. Revista de filosofia Aurora. Curitiba, v.24,n.35, pp 387-416, 2012. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/filosofia_artigos/jelson_etica dofuturo.pdf. Acesso em 24 de junho de 2014.